

partir de agosto, não precisarei receber respostas, porque terei condições de me familiarizar com o funcionamento desta Casa.

O Sr. Esmeraldo Tarquínio — (Com assentimento do orador) — Peço que me convoque para as suas andanças no interior do "castelo" a fim de que com V. Exa. venha a constatar aquelas irregularidades que V. Exa. já esboça encontrar. Quero fazer isso com V. Exa., com toda a firmeza da minha humildade, e que não exclui energia nem sobrecarga, porque é dever não meu, não da pessoa Esmeraldo, mas do deputado, porque é minha obrigação, é de V. Exa. e de todos nós, manter alancorado esse espírito de dignidade parlamentar, que não se restringe apenas ao comportamento no plenário. Ela se amplia a todos os setores da nossa atividade e das nossas relações para com o dispositivo administrativo da Casa.

O Sr. JOSE LURTZ SABIA — Agradeço o aparte de V. Exa., que procura dar uma injeção de insulina, de moço à minha intenção. Este parlamentar não quer nada mais nada menos do que cumprir o mandato, modesto mas honrado, que lhe foi outorgado pelo povo. E realmente haverá de cumprir o seu mandato durante esses quatro anos, embora contrariando, embora, às vezes conseguindo inimidades, mas acima dessas arestas existem os altos interesses da coletividade. Esta sim, está em primeiro lugar.

Concedo o aparte ao nobre deputado João Batista Botelho, com uma satisfação extraordinária, já que estamos afinando muito bem. Somos uma orquestra afinada.

O Sr. João Batista Botelho — Antes de agradecer ao nobre deputado José Lurtz Sabia, devo agradecer ao deputado Nadir Kenan a sua interferência para que o aparte me fosse concedido.

O Sr. JOSE LURTZ SABIA — Não tive a oportunidade de ouvir a solicitação de V. Exa. V. Exa. sabe que concedo apertes a V. Exa. com a maior satisfação.

O Sr. João Batista Botelho — Realmente reconheço isso Mas quero discordar do ilustre deputado Esmeraldo Tarquínio, embora em parte S. Exa. tenha razão, quando diz que temos que enfrentar muitos empecilhos. Mas nem por isso devemos deixar de enfrentar os problemas da maneira como pretende fazê-lo o ilustre deputado José Lurtz Sabia, de vez que existe funcionários que nem sabem a função que ocupam nesta Casa. Em Araçatuba temos o caso de um funcionário do Estado, agrônomo, que deve estar ganhando o pequeno ordenado de 150 mil cruzeiros mais ou menos. Eu que conheço há 20 anos, e há 20 anos ele não conseguiu localizar a sua função. A função que ele exerce, que nós sabemos que ele exerceu por muito tempo é a de agrônomo. Nós temos até o seu nome. É Ariobaldo Nogueira. Mas a função que nós sabemos que ele exerce é em uma propriedade à margem do Rio Tietê. E ainda sente cansaço por ter que ir ao banco receber o pagamento. Ele acha que o pagamento devia ser creditado na sua conta. Isso não é segredo em Araçatuba. Isso é conhecido na região. Até este instante este agrônomo não conhece a sua função. Não sabe qual a sua obrigação porque diz que foi lotado numa função que não existe. Não é só este o caso. Casos como este existem no Brasil todo, infelizmente. Não é só no Estado de São Paulo.

Mas infelizmente São Paulo merece críticas neste sentido porque dispõe de grandes meios de que o cidadão conhece. Ele orienta a sua vida no regaço do Estado, ele tem o Estado como papai e até como mamãe. Sim, há funcionários que têm o Estado como mamãe. O Estado de São Paulo merece mais críticas porque aqui há várias facilidades para ganhar a vida. Portanto o nobre deputado Lurtz Sabia ao levantar este problema tem o nosso apoio. Quanto ao problema que V. Exa. abordou, eu não acredito que algum deputado assome à tribuna para fazer a defesa. Mas se porventura aparecer, qual deve ser nossa atitude? Não aceitá-la. É uma defesa que já nasceu morta, que não tem vida. V. Exa. abordou um problema, e se precisar da colaboração do mais humilde deputado desta Casa, para levar isso adiante, eu me coloco à inteira disposição de V. Exa., sem querer ofender ninguém, sem querer denegrir quem quer que seja.

O Sr. JOSE LURTZ SABIA — Exato.

O Sr. João Batista Botelho — Sim, estou à disposição de V. Exa. para qualquer parada e não encontro empecilho algum na minha frente para deixar de levar isso adiante. Assim agirá este modesto deputado, sem medo de errar e sem medo de ninguém.

O Sr. JOSE LURTZ SABIA — Muito obrigado ao nobre deputado João Batista Botelho pela sua solidariedade.

O Sr. PRESIDENTE — Comunico ao nobre orador que faltam 5 minutos para o término de seu tempo regimental.

O Sr. JOSE LURTZ SABIA — Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente. São Paulo que tem oferecido exemplos extraordinários a esta imensa nação, São Paulo que é a máquina propulsora da República, São Paulo, que através dos bandeirantes rasgou os sertões desta imensa pátria e plantou na história desta República os marcos gloriosos, por certo, a Assembléia Legislativa do São Paulo, há de dar o grande exemplo a esta Nação, organizando a sua casa, a sua máquina burocrática, que possa servir de exemplo às outras assembleias legislativas de nossa imensa pátria. Não tenho dúvidas de que ninguém se furará a esse trabalho, de tal forma que amanhã possa ser proclamado um marco decisivo da estruturação orgânica do Poder Legislativo, a fim de que as outras casas de leis possam imitar a nossa, na organização e na produtividade, na justiça e na igualdade, contra os privilégios. Essa é a grande esperança que tenho. Sei que a esta Casa, composta por 115 deputados, todos vieram — se não todos, pelo menos a maioria — imbuídos dos melhores propósitos, no sentido da aplicação da justiça equânime, de modo que possa haver tranquilidade, segurança e certeza naquelas que trabalham com desenvoltura, de que amanhã poderão galgar novos postos sem que precisem do apanágio político, do apoio de terceiros, do pistolo que tanto tem infelicitado toda a máquina burocrática do país. Por certo seu trabalho ganhará objetividade concreta, sabendo que chaverá justiça e que a política não agirá em detrimento dos que recebem por seu labor. Analisando o projeto de lei n.º 366/62, do nobre deputado Israel Dias Novas, que cancela penalidades, declaro minha posição contrária a todos que erram e devem arcar com o peso da responsabilidade por seus erros, assim como entendo que todos os que procedem bem devem fazer jus às regalias. Esse é o meu ponto-de-vista. Aproveitei a oportunidade para entrar na análise da máquina desta Casa, na certeza de que os bons funcionários me querirão bem, tanto quanto eu os estimo. E me sinto satisfeito por receber o mau olhar dos relapsos. Deles não quero atenção. Dos bons, dos corretos, dos que terão a minha amizade receberei olhares satisfeitos. Assim cumprirei a minha obrigação, o meu dever, na certeza de não decepcionar os que me mandaram para cá, porque confiaram no procedimento deste parlamentar, na conduta que até aqui venho tendo. Assim, espero ajudar a corrigir as falhas que observar, a fim de proporcionar a meus semelhantes, a esta Casa e a São Paulo uma verdadeira democracia.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Juvenal Campos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Farabulini Júnior. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Lurtz Sabia.

O Sr. JOSE LURTZ SABIA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, volto à tribuna para continuar as minhas considerações. Sei que são pesadas para mim, e até me sinto contrariado, porque gostaria de, neste instante, não discutir um projeto tão discutido, de não tecer considerações a respeito deste projeto, que já sofreu várias discussões. Mas, a consciência me impõe que assim eu proceda, como um ato de advertência à maioria desta Casa, como ato de advertência ao Governo, na certeza de que há parlamentares vigi-

lantes, que usam dos meios regimentais que o parlamento oferece para aquil externarem os seus pontos-de-vista, no sentido de que o Governo sinta que determinados procedimentos não se coadunam com o sistema, com o processo democrático. O projeto diz respeito às penalidades que muitos deveriam sofrer. Permitam-me, Sr. Presidente e Srs. deputados, que, paralelamente, possa repetir a leitura de um jornal, que fiz hoje, quando comentava que o Sr. Governador do Estado havia inaugurado, ou melhor, reinaugurado uma usina hidrelétrica. (Lê): "Não sei como a briosa população de Barra Bonita presenciou ontem a repetição da festa inaugural da Usina Hidrelétrica. A distância, imaginamos a expressão melancólica daquele povo, ao ver a alta administração estadual prestar-se a uma farsa escandalosa, no es-táculo da apropriação indebita dos trabalhos realizados por uma administração capaz, por um governo inepto e inescrupuloso. O episódio é, na verdade, desanimador. Uma obra encetada por um, realizada integralmente por outro e por este entregue ao povo e objeto de tentativa de surrupiação de parte de um terceiro, que afinal nada tinha a ver com a história. Efetivamente, iniciadas em 1957, pelo extraordinário governo Jânio Quadros, deste receberam as obras de Barra Bonita cerca de 500 milhões de cruzeiros; recebendo-as nas fundações, deu-lhes continuidade a administração Carvalho Pinto, que, em 4 anos, executou-as e as completou, nelas dispendendo quantia superior a 6 bilhões e quatrocentos milhões. A 20 de janeiro deste ano, o Prof. Carvalho Pinto, tendo presentes as informações da Cherp e da Uselipa, acedeu em presidir ao ato de conclusão das obras da grande usina e a sua ligação. Apenas não pôde, naquele dia, carregá-la: efetivamente, não foi a máquina colocada sob condição de carga por falta de um painel de proteção e controle. Fora esta peça adquirida em tempo hábil pelo próprio governo Carvalho Pinto — com que não tive oportunidade de participar na campanha passada, pois fui seu opositor —, e se encontrava em viagem. A firma Tecnomásio, de Milão, atrasara 6 meses na entrega do painel, por motivos técnicos.

Um mês após esse 20 de janeiro, desembarcava a peça em Santos, sendo então encaminhada a Barra Bonita. Ai então já tínhamos novos dirigentes na Uselipa e Cherp e o Governador era outro.

Ora, Srs. deputados: a 20 de janeiro não tivemos uma antecipação demagógica de inauguração, pois as obras civis encontravam-se completamente concluídas com a primeira máquina inteiramente montada, a ponto de girar com excitação própria. Ligaram-se as linhas que somente não foram mantidas em ligação por falta de equipamento do painel de proteção e controle.

O que, portanto, o Governador Adhemar de Barros inaugurou domingo em Barra Bonita com banda de música e escolares uniformizados, foi o painel, e este mesmo adquirido e pago pela administração anterior. Tudo, como se vê, em contrário ao que anunciou o "Diário Oficial", hoje incumbido de passar recibo das rasteiras e passa-moleques de uma administração empenhada em fazer barretada com o chapéu alheio.

Mas, façamos justiça, Sr. Presidente. Não foi apenas o painel que se inaugurou. Inaugurou-se também a placa. A placa, no lugar em que até há pouco se encontrava a outra, agora arrancada, e que emprestava à Usina o nome do seu idealizador, Governador Jânio Quadros. A nova placa inscreve o nome do inaugurador do painel, Sr. Adhemar de Barros. Placa e painel, ou painel e placa. Que se guarde o episódio, como símbolo dos novos tempos paulistas.

Realmente, quem lançou a semente, em 1957, foi o ex-Governador Jânio Quadros. Deu-se o nome de S. Exa. porque fora ele o idealizador, porque fora ele o construtor. Hoje, já não consta mais a placa "Jânio Quadros", mas a placa "Jânio Quadros" consta no coração de todos os paulistas e daqueles que viram ser erigida, em Barra Bonita, a grande usina que há de produzir força para São Paulo, que há de produzir força e riquezas para este imenso Estado, que há de dar condições de vida a esta imensa população do Estado.

E lamentável, Sr. Presidente, que o processo de publicidade continue nesta ordem. Mas, não há de ser nada. São novos tempos, novos tempos que se tornaram velhos tempos; e virão outros tempos, quem sabe.

Discorrendo sobre o Projeto de lei n.º 533, que dispõe sobre penalidades, eu já disse, desta tribuna, que me encontrava diante do Cine Marabá e ouvi o seguinte diálogo:

- "Você, onde trabalha?"
- "Trabalho na Assembléia Legislativa de São Paulo".
- "Não diga! Você trabalha lá? Eu também trabalho".
- "Qual a sua seção?"
- "Trabalho na Biblioteca".

Eu prestei atenção, mas não consegui ouvir a resposta do outro funcionário. Dois funcionários, diante do Cine Marabá, conversavam alegremente, e eu, humilde e modesto deputado, sonhador idealista, senti-me constrangido e perdi até o apetite de assistir a um filme.

Espero em Deus, Sr. Presidente, que os bons funcionários desta Casa e os Srs. deputados ajudem a acertar esta situação, para que, assim, possa esta Assembléia caminhar dentro do prisma da justiça, dentro do prisma da igualdade, já que não pode ser de condições, mas, pelo menos, de oportunidade.

O Sr. JOSE LURTZ SABIA (Para reclamação) — Sr. Presidente, verifico a presença de 21 Srs. deputados em Plenário. Solicitaria de V. Exa., regimentalmente, uma verificação de presença, já que não há número regimental para que continue este parlamentar a discutir o projeto.

O Sr. PRESIDENTE — O pedido de V. Exa. é regimental.

Convido os nobres deputados Gustavo Martini e Gilberto Geraldo Silveira Lopes para auxiliarem a Mesa.

— E' feita a chamada.

O Sr. PRESIDENTE — Responderam à verificação de presença 38 Srs. deputados. Não há "quorum" para o prosseguimento da presente sessão. Antes de encerrá-la, a Presidência faz uma comunicação ao Plenário: (Lê)

"A bancada do Movimento Trabalhista Renovador, em reunião hoje realizada, deliberou, acatando a renúncia em caráter irrevogável da liderança, por parte do deputado Murillo Sousa Reis, outorgar ao deputado Juvenal de Campos a responsabilidade do encargo, até a próxima segunda-feira, quando será reformulada a questão". É assinado o ofício pelos Srs. deputados membros da bancada do Movimento Trabalhista Renovador.

Srs. deputados, a Presidência convoca, de ofício, sessão extraordinária para as 18,45 horas, a fim de ser discutido e votado o Projeto de lei n.º 1120-63, de autoria da Comissão de Divisão Administrativa e Judiciária.

Está encerrada a presente sessão.

— Nada mais havendo a tratar, levanta-se a sessão, designadas sessões ordinárias para o dia 18, às 14 e 17 horas, com as ordens do dia publicadas no "Diário da Assembléia", editado com o "Diário do Executivo" e convocada sessão extraordinária para o dia 17, às 18,45 horas, com a seguinte

ORDEN DO DIA

PARA A 41.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, AOS 17 DE JUNHO DE 1963

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE PRIORIDADE

1.ª discussão e votação do Projeto de lei n.º 1.120, de 1963, apresentado pela Comissão de Divisão Administrativa e Judiciária, abrindo crédito especial ao Instituto Geográfico e Geológico, para atender às despesas com a elaboração e execução da lei quinquenal. Parecer n.º 1077, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável.

41.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 5.ª LEGISLATURA, EM 17 DE JUNHO DE 1963

PRESIDENCIA

dos Srs. **Ciro Albuquerque** e **Januário Mantelli Neto**

SECRETARIOS,

Srs.: **Januário Mantelli Neto**, **Costabile Romano** e **Wilson Lapa**

O Sr. PRESIDENTE — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

As 18,45 horas abre-se a sessão com a presença dos seguintes Srs. deputados: Adhemar Monteiro Pacheco — Alfredo Farhat — Alfredo Ignácio Trindade — Farabulini Júnior — Antônio Donato — Antônio Morimoto — Araújo Serpa — Ariovaldo Roscetto — Augusto do Amaral — Benedito Matarazzo — Camillo Ashcar — Carlos Kherlakian — Carlos René Egg — Cássio Clamponi — Arruda Castanho — Cid Franco — Conceição da Costa Neves — Costabile Romano — Ciro Albuquerque — Diogo Nymura — Esmeraldo Soares Tarquínio de Campos Filho — Fernando Mauro — Fioravante Iervolino — Floro Pereira da Silva — Francisco Amaral — Francisco Franco — Francisco Salgot Castillon — Scalamandrê Sobrinho — Galileu Bicudo — Gilberto Geraldo Si-

quelra Lopes — Gustavo Martini — Hélio Bernardi — Hilário Torloni — Homero Silva — Hozair Marcondes — Yoshifumi Utiyama — Isaci Dias Novas — Jamil Dualibi — Jamil Gadla — Januário Mantelli Neto — Jayme Dalge — João Batista Botelho — João Hornos Filho — Mendonça Falcão — Joaquim Gouvêa Franco Júnior — Chaves de Amarante — Amaral Gurgel — José Costa — José Felício Castellano — Archimedes Lammógia — José Lul. Cembranelli — José Lurtz Sabia — José Rosa da Silva — José Garcia — José Sidney Cunha — José da Silveira Sampaio — Juvenal de Campos — José A. Machado — Leônicio Ferraz Júnior — Lúcio Casanova Neto — Manoel Joaquim Fernandes — Maurício Leite de Moraes — Murillo Sousa Reis — Nabi Abi Chedid — Nadir Kenan — Nagib Chaib — Avalone Júnior — Omair Zomignani — Onofre Gosuen — Orlando Zancaner — Orlando Izetti — Oswaldo Rodrigues